

CIDADE E REPRESENTAÇÃO: A PONTE MAURÍCIO DE NASSAU COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XX

CITY AND REPRESENTATION: THE MAURICIO DE NASSAU'S BRIDGE AS A
SYMBOL OF MODERNITY IN THE SECOND DECADE OF THE TWENTIETH CENTURY

Recebido em 27 de setembro de 2018

Aceito em 27 de setembro de 2018

Rafael Arruda

ras_arruda@hotmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

mariana.zerbone@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo

Tomando por base conceitos da História Cultural deseja-se fazer uma aproximação entre estes e as questões envolvendo as reformas urbanas. O momento escolhido são as duas primeiras décadas do século XX da cidade de Recife. Em específico, a atenção será voltada para as obras relacionadas a ponte Maurício de Nassau e os monumentos que a complementavam. A abordagem girará em torno da função simbólica que tal ponte tem dentro da história urbanística de Recife, bem como os discursos, práticas e representações que atuam sobre esse período. O cenário para essas ocorrências será a tentativa de se inserir numa modernidade e, para tanto, dar continuidade a um processo de modernização que reformula o espaço urbano do centro da cidade.

Palavras-chave: Representações, Espaço Urbano, Ponte Maurício de Nassau

Abstract

Using the concepts of Cultural History, steps have been taken to bring them closer together as issues involving urban reforms. The chosen moment is the first two decades of the twentieth century in the city of Recife. Specifically, the focus will be on works such as a Maurice de Nassau bridge and her monuments. The approach revolved around the symbolic function that such bridge has within the urban history of Recife, as well as the discourses, practices and representations that act on this period. The scenario for the occurrences is an attempt to be inserted in the modernity, to do so, to continue a process of modernization that reformulates the urban space of the city center.

Keywords: Representations, Urban Space, Maurício de Nassau bridge.

Introdução

A abordagem deste artigo girará em torno da função simbólica da Ponte Maurício de Nassau na reforma urbanística de Recife na segunda década do século XX. Para essa análise, parte-se da análise dos discursos, práticas e representações evidentes nesse período, visto que o se instaurava no Recife uma tentativa de se inserir numa modernidade pautada nos moldes europeus e, para tanto, dar continuidade a um processo de modernização que reformula o espaço urbano do centro da cidade. A abordagem da História Cultural nos auxilia nesta análise, na busca de compreender o simbólico e as representações.

A História Cultural se apresenta como uma quebra de paradigmas dentro da historiografia. Neste contexto, algumas novas áreas foram abordadas pela análise histórica e campos já definidos foram revisitados com uma nova roupagem. Dentro desta última opção se encontram os estudos de uma História Cultural do Urbano ou das Cidades. Neste espaço pretendemos tratar de algumas das perspectivas que podem ser adotadas nessa esfera de investigação no que concerne a uma História Cultural do Urbano. Levantaremos alguns apontamentos teóricos acerca dessa temática. E após fazer esse debate abordaremos brevemente a cidade de Recife durante as duas primeiras décadas do século XX para exemplificar, através de algumas de suas reformas, as possibilidades interpretativas à luz da História Cultural para versar acerca de uma imagem que se desejava construir da urbe.

O ponto de partida da História Cultural data de uma virada de paradigmas de fins da década de 1960 (PESAVENTO, 2003), ocorrerá a partir daí uma crítica aos sistemas explicativos globalizantes. Novas dinâmicas e novos grupos sociais ganham espaço nos debates acadêmicos com a cultura e outras instâncias do real escapando dos marcos de logicidade até então definidos. Parte-se então de uma nova forma de visualizar a cultura, de tomá-la como objetivo da análise histórica

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2003, p.15)

Esta nova abordagem, que prioriza a cultura como objetivo de estudo, trará à tona alguns novos conceitos e implicações teóricas. Primeiramente, a noção do real será repensada, e novos conceitos epistemológicos ganham espaço. Narrativa, ficção, imaginário, representação e sensibilidades serão alguns dos conceitos que servirão de fundamentação para o campo de estudo da História Cultural (PESAVENTO, 2003). Com estas contribuições teóricas, o leque de possibilidades para se pensar a construção da realidade é ampliado. A própria ideia do que compõe esse real é modificada. Isto porque, as noções de verdade e ficção passam a se comunicar e o imaginário é tomado como parte integrante da realidade social. Nas palavras de Chartier (2002), tal História Cultural “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p.17). Assim, na opinião do autor pode-se chegar a uma chamada História Cultural do Social.

Aliada ao surgimento de novos objetos e temáticas a História Cultural trará também a disposição de se relacionar com outras áreas do conhecimento. Uma transdisciplinaridade é posta em prática na medida em que o fazer história é processado.

Desejando um diálogo com os novos conceitos apresentados e os utilizando como ferramentas teórico-metodológicas para a investigação historiográfica é que chegamos ao ponto de nossa temática. Ao se colocar a Cidade e o Urbano dentro do âmbito da História Cultural, passa-se a uma distinta abordagem destes objetos de estudo. Deste modo, a cidade passa a ser entendida em suas várias camadas temporais, que vão se aglutinando e sobrepondo dentro do espaço urbano. Mais do que se deter na forma física da urbe, cabe refletir como um imaginário cidadão influencia na construção do espaço da cidade.

Para além de sua delimitação física e espaço concreto se trabalhará com o imaginário que constrói esse espaço urbano. Em outras palavras, com as representações na e sobre a cidade. Dentro deste trabalho de promover uma História Cultural do Urbano é necessário também pensar o conceito de Espaço e como este é trabalhado. Não à toa que uma comunicação com a Geografia se torna indispensável para que o historiador possa

[...]resgatar a alteridade do passado de uma cidade por meio das representações de tempo e espaço que ela oferece. Ou, em outras palavras, trataria de abordar a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que

encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos (PESAVENTO, 2004, p.2)

Essa relação entre tempo e espaço mostrasse então como um marco inicial para que se possa inquirir acerca das mudanças que uma cidade sofre. Nesse exercício elencam-se as distintas formas que o espaço citadino dá forma as temporalidades múltiplas que perpassam a urbe. Em concomitância, este espaço é prenhe de distintos significados que são depositados nele ao longo da passagem do tempo.

Cidade e Representação

Um dos conceitos mais interessantes e mais conhecidos dentro da Histórica Cultural é o de representação. Aqui tomaremos representação dentro da perspectiva pensada por Chartier (2002) no contexto da formação de sua já citada História Cultural do Social.

Como já vimos, Chartier (2002) entende que a História Cultural tem como fim uma investigação de como uma realidade social é vista, compreendida e construída em determinado momento. Para tanto, ele trabalhará com a ideia do mundo como representação (CHARTIER, 2002), tal entendimento deriva de que as percepções do real são variáveis conforme as diferentes apreensões do mundo social. As representações sociais surgem sempre determinadas pelos grupos que as constroem. Sendo assim, a percepção do social cria um alinhamento com um discurso proferido pelos indivíduos, grupos, comunidades que defendem determinada visão de mundo. Tais discursos produzem práticas que visam legitimar uma percepção/representação, em detrimento de outra. Uma luta de representações é instaurada no meio social que gera uma concorrência entre os grupos e suas percepções de mundo. Tal concorrência está relacionada ao poder e dominação que se alastram no social na medida em que um grupo tenta impor sua concepção a outro grupo.

Dessa forma, vê-se que a percepção e construção da realidade é pautada nas representações. Tal processo de apreensão do mundo social seria, pois, o objeto de estudo de uma História Cultural do Social. Isto porque, os discursos e práticas que sustentam as identidades sociais tem sua base ligada a representações que as imbuem de sentido e coesão.

Na definição de Chartier (2002), a representação pode atuar de duas maneiras: como exibição de uma presença e como signo para algo que está ausente. Dentro dessa lógica é

necessário fazer a distinção entre aquilo que se representa e aquilo que é representado, estabeleça-se, portanto, uma relação simbólica entre ambos.

Estabelecidos tais pressupostos sobre a luta das representações a que se pensar na problemática de como os discursos que alicerçam as práticas se dão a ler. Chartier (2002) se utilizará da extrapolação da teoria da leitura para pensar como os discursos são apropriados na sociedade, dando base às práticas culturais:

A noção de representação pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas. (,,) A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (...) As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras (CHARTIER, 2002, p. 26-27).

Nessa perspectiva define-se que os sentidos que os discursos obtêm são construídos historicamente e passam por ressignificações. Dessa forma, não há como situar em termos absolutos o sentido de uma determinada representação, visto que, esta sofre ressignificações em suas distintas recepções na sociedade.

Chartier (2002) se distancia da concepção de Foucault, ao se referir às apropriações, pois admite práticas diferenciadas e utilizações contrastantes e não uma leitura baseada nas relações de poder. Há assim uma pluralidade de interpretações produzidas por práticas específicas que constroem seu sentido. Neste ponto acerca das ressignificações dos discursos que as apropriações podem realizar, os conceitos de estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) tem sua contribuição. A estratégia se apresenta enquanto discurso dominante que deseja produzir uma sistematização, impor uma ordem que homogeneíze seu público-alvo. Entretanto, para subverter estas prerrogativas existem as táticas, ligadas a maior parte das vezes a grupos alijados do poder, que longe de assimilarem as estratégias de forma passiva as transformam de acordo com as suas experiências. Assim, o cotidiano é construído dentro do conflito da luta de representações.

Os conceitos apresentados até então são categorias de análise importantes para pensar a historiografia referente ao espaço urbano, pois pensando no contexto de uma história cultural urbana (PESAVENTO, 1995) devemos refletir sobre as representações que atingem a cidade. A urbe aqui pode ser tomada como que uma espécie de cronótopo, onde espaço e tempo confluem (PESAVENTO, 2004). O espaço da cidade deve ser tomado para além de sua delimitação física, recaindo a investigação historiográfica sobre as formas que esta cidade é pensada e interpretada e quais os discursos que pautam as práticas culturais que moldam seu espaço público. Podemos então definir que

[...] o historiador buscaria resgatar a alteridade do passado de uma cidade por meio das representações de tempo e espaço que ela oferece. Ou, em outras palavras, trataria de abordar a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos (PESAVENTO, 2004, p. 2)

Assim, mais do que tomar a cidade como construto acabado e conjunto de edificações, mira-se entender as representações que dão base para as práticas que constituem a cidade. Por vezes o foco acaba recaindo mais na imagem que se constrói, ou se deseja construir de uma cidade do que na sua real aparência.

Dito isso podemos pensar na Recife das duas primeiras décadas do século XX. Tal período é marcado por um processo generalizado de modernização das principais cidades brasileiras, que desejavam se inserir dentro do cenário mundial, se adequando as premissas de uma sociedade moderna (LUBAMBO, 1991). Neste contexto Recife passou por várias reformas em seu centro pelo menos desde meados do século XIX. Na primeira década do século XX destacam-se as reformas urbanas no bairro de nome homônimo a cidade. Estas ocorreram de forma coetânea a reforma do porto da cidade que se atualizou perante as novas exigências do comércio internacional, sendo assim, tencionava-se que a posição recifense na rota da economia mundial fosse melhorada. A ambição econômica visava a afirmação da capital pernambucana no cenário da recente república: “O Recife figurava como capital de uma província que buscava uma determinada inserção no conjunto do Império brasileiro e nas relações mundiais do capitalismo, achando-se presa, portanto, ao tecido do capital comercial e da economia mundial” (ARRAIS,2004, p.12).

Contudo tais reformas não podem ser simplesmente interpretadas como respostas a necessidades econômicas da cidade. Sob o viés da História Cultural cabe tentar entender quais discursos pautam a construção desse novo ideal de cidade que se quer.

O modelo tomado por Recife é o de uma *Belle Époque* espelhada nos centros europeus, com destaque para Paris. Logo a cidade deveria se assemelhar a este ideal passando por uma higienização, embelezamento e adequação de seus espaços a este novo ideal urbanístico:

[...] todos os elementos necessários para dotar uma cidade dos padrões da modernidade então almejada. A uma modernização das instalações e equipamentos portuários de inestimável importância para a manutenção e ampliação do fluxo comercial com os mercados externos (a bem da verdade, tratava-se quase que exclusivamente de uma adequação às novas condições técnicas que presidiam a realização do comércio internacional, cujos navios e volume de mercadorias transportadas exigiam instalações compatíveis), associava-se toda uma série de medidas destinadas a combater inaceitáveis condições sanitárias da cidade, juntamente com uma remodelação das feições arquitetônicas/urbanísticas da mesma – capazes de retirar-lhe qualquer vestígio de um acanhado burgo colonial, e revesti-la, contrariamente, dos inequívocos signos definidores de uma metrópole moderna. (TEIXEIRA, 1994, p. 15)

Abre-se assim espaço para se interrogar acerca das estratégias que submetem esta ideia de representação de uma cidade moderna para Recife. Os atores sociais como o poder público, intelectuais, imprensa aparecem como defensores de discursos que legitimam as práticas construtoras do espaço público da cidade recifense que se modifica com as reformas. Igualmente necessário é pensar as táticas envolvidas nas respostas a estas mudanças. Configura-se dessa maneira um *locus* para a abordagem da História Cultural.

Cidade e Espaço Público

Em conjunto com os apontamentos teóricos já expostos cabe também uma reflexão sobre o conceito de Espaço para ser utilizado na história cultural urbana. Já vimos que a cidade pode ser entendida como um cronótopo, portanto ao se falar das representações temporais também devemos pensar no espaço que estas ocorrem e na forma como que esse espaço é construído no imaginário social. O espaço e tempo são as coordenadas através das quais os sistemas de representação se traduzem. Caso tais coordenadas simbólicas sejam mudadas as identidades, atreladas as

representações, também sofrem alterações. As noções de espaço são assim matéria importante para este ramo historiográfico visto que

[...] a noção de espacialidade vem se alargando consideravelmente desde os primeiros e mais vigorosos desenvolvimentos da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas e — o espaço da História está longe de se conter nas tradicionais três dimensões (BARROS, 2017, p.16)

Dentro de nossa temática cabe uma reflexão acerca de como o espaço público da cidade recifense é primeiramente pensado através dos discursos propalados e de como as práticas derivadas daqueles vão criar deslocamentos na cidade. Neste ponto um diálogo com a Geografia se mostra bem-vindo para tratar das reflexões acerca do espaço público.

Segundo CAMPOS (1995), as práticas existentes no espaço urbano são também geradoras de regras de convívio, domínios, hierarquias que se materializam e se acumulam na tentativa da própria sociedade de adequar aquele espaço às novas condições e à complexidade de novas atividades contemporâneas. São representações legitimadoras de momentos específicos desta sociedade. (ALBUQUERQUE, 2006, p.48)

A percepção e construção do espaço público é ligado a três elementos base: configuração espacial, poder e as relações sociais. De tal modo que um e outro são mais acentuados de acordo com o determinado momento histórico e a estrutura dominante

Sendo assim, se tomarmos nosso exemplo da cidade recifense é importante refletir como as sociabilidades dentro desse espaço público foram mudadas ao se eliminarem marcos arquitetônicos da cidade. Um exemplo disto são as derrubadas do arco de Nossa Senhora da Conceição que ficava no bairro do Recife e que não “sobreviveu” às reformas. Este arco advinha de período ainda colonial e era ponto de confluência de festividades de cunho religioso, mas sucumbiu por “exigências do trânsito” — dizeres presente na placa que assinala sua anterior localização na cabeceira da ponte Maurício de Nassau — mostrando assim uma ruptura nas práticas culturais da cidade e na forma que o espaço público passa a ser utilizado.

Tal ocorrido passa, por suposto, por uma mudança na política cultural citadina que elimina determinados bens e preserva outros. Esta política cultural age construindo crenças para se justificar, dessa forma é baseada nas representações da cidade e adota discursos para se legitimar. Em nosso caso este discurso é o da modernização da urbe que passa pela suposta melhoria de seus espaços. Em um debate com Roger Chartier, Pierre Bourdieu toca nessas questões acerca da construção de uma política cultural e dos objetos que ela tenciona produzir, afirmando que

Se, querendo produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo de crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza-morta, se não produzo isso, não produzo nada, apenas uma coisa. Dito de outra maneira, o que caracteriza o bem cultural é que ele é um produto como os outros, mas com uma crença, que ela própria deve ser produzida. É isso que faz com que um dos únicos pontos sobre os quais a política cultural pode agir seja sobre a crença: ela ode contribuir, de uma maneira ou de outra, para reforçar a crença (BOURDIEU, 2011, p. 240)

Diante disso podemos trabalhar com a necessidade da construção de uma crença para ancorar as mudanças nas práticas culturais. Em nosso caso, um ideal de modernidade é gestado e dá apoio para que uma modernização, também idealizada, seja posta em prática. Esta crença serve para dar base as escolhas realizadas, antigos objetos culturais são descartados e abre-se lugar para que outros sejam priorizados já que se adequam melhor a uma nova percepção de temporalidade que se deseja moldar no espaço da cidade.

A Cidade e seus Símbolos

Explanados os conceitos da cidade enquanto cronótopo e do papel da representação nos estudos sobre aquela, faz se necessário refletir sobre como se dá o modelar dessa cidade. Para tanto as questões ligadas a idealização deste espaço, como ele é pensado, os discursos proferidos para legitimar as práticas postas em ação, se provam mister.

Como já vimos esses fatores influem diretamente na construção da realidade social. Neste tópico retomaremos a cidade de Recife fazendo uma análise do processo de reforma da já

mencionada ponte Maurício de Nassau. Isto porque, enquadrámos tal estrutura dentro de um contexto simbólico para a história urbana recifense.

Sendo assim, a ponte e o entorno de sua estrutura arquitetônica é aqui tomada não na sua função prática de via urbana, mas sim, enquanto objeto simbólico para denotar o discurso de modernidade em voga. Como nos diz Bourdieu (2007) o simbólico tem poder de construção de realidade, servindo como estrutura capaz de construir integração social e comunicação.

Recapitulando brevemente, temos na Recife do início do século XX uma continuidade do desejo de inserção nos cenários de modernidade que já se demonstrava desde meados do século XIX. Os exemplos a seguir eram as cidades europeias. Estas denotavam não só um padrão econômico para se espelhar, mas também eram um norte nas questões culturais. Por conseguinte, assume-se que cidades como Londres e Paris foram onde:

[...]as elites brasileiras foram embebedar-se das essências finais da civilização e com suas imagens radiantes. Dessas fontes redentoras, inclusive, absorveram os fundamentos ideológicos da luta pela emancipação dos vínculos coloniais, rompendo um passado cuja lembrança no período em exame, tentavam esconjurar (ARRAIS, 2004, p.13)

A ponte Mauricio de Nassau foi construída no ano de 1644, durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco (1630 - 1645), sofrendo reformas em 1683, 1742, 1865 e 1917 (GONÇALVES, 1997). Nesta última reforma a ponte ganhou a estrutura de concreto armado que mantém até hoje. Ainda no século XVII a ponte teve em suas extremidades a construção de arcos que serviam como portas de entrada para a cidade. Tais arcos foram batizados posteriormente como Arco de Santo Antônio e Arco da Conceição, respectivamente derrubados em 1913 e 1917, no contexto das já abordadas reformas. Perderam sua função prática de portada cidade, porém ganharam um valor religioso e social, visto que no seu entorno aconteciam festividades ligadas aos santos que lhes nomeavam. Neste período, quem estava à frente de Pernambuco como governador era Manoel Borba. Em seu relatório pós-mandato, ao abordar seus feitos, houve um destaque ao tratar da ponte para a Mauricio de Nassau:

No decurso da presente administração, isto é, a partir de dezembro de 1915, as obras d'arte que embelezam e que tão uteis são as nossa vias publicas - como seus naturaes complementos, têm sido objecto do maior interesse, pois, mal

compreende que o imenso capital que ellas representam tenha sido malbaratado como o foi até então [...] Ponte Mauricio de Nassau. - Na cidade do Recife, ligando Santo Antonio a Recife, reunião dos rios Capibaribe e Beberibe [...] É a mais importante obra em cimento armado feita no Estado, não havendo, ao que me parece, até o presente outra mas importante no norte do Brazil (Mensagem do Governador do Estado de Pernambuco, Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 06/03/1919).

Destacando a ponte Mauricio de Nassau dentro das obras realizadas, Manoel Borba, utiliza-se de seu poder simbólico para transformá-la em símbolo de seu processo de modernização.

Entretanto, não se pode pensar que ao se idealizar uma modernidade e dar prosseguimento a um processo de modernização os agentes envolvidos nas reformas tenham dado cabo de liquidar com os laços com o passado. Modernidade não pode ser classificada essencialmente como rompimento com aquilo que já passou; há dentro de cada sociedade uma predisposição para uma “destruição criativa” (HARVEY, 2015). Este conceito dá conta de que as transformações sociais que ocorrem já se encontram latentes dentro do meio social em questão, sendo assim o exercício de pensar uma ruptura radical, que eliminaria qualquer vestígio e relação com o já ocorrido, se mostra irreal e inaplicável.

Considerando tais prerrogativas, vimos que para alcançar a modernidade *belle époque* ocorreram importações de característica cidadinas para a urbe recifense. Tendo isso em mente podemos observar dois pontos: 1- a questão do espaço sendo moldado de acordo com tais influências externas ao local de sua execução, neste caso como os modelos europeus influem no modelar da cidade de Recife e como esse ideal de modernidade é construído; 2- as representações e símbolos que foram escolhidos para dar forma ao processo de remodelação urbano.

No primeiro ponto temos que ter em mente que a cidade não se configura como um espaço inerte ou mero cenário de acontecimentos. O espaço se constrói de acordo com as relações sociais estabelecidas em seu meio. Dito isso, podemos nos valer de dois conceitos que se contrapõem ao de espaço e que ao mesmo tempo se mesclam a ele: local e território. Estes dois conceitos podem nos auxiliar a perceber o papel da ponte que desejamos analisar.

Há primeiramente uma separação entre lugar e espaço devido a influência da modernidade (GIDDENS, 1991) no que tange as relações simbólicas que modelam a cidade e seus locais. A cidade passa cada vez mais a ser afetada por elementos exógenos, exteriores ao convívio

sociocultural da localidade o que mutabiliza seu espaço, enquanto isso o lugar poderia ser classificado como aquele que é “é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas” (HALL, 2006). Assim ocorre uma certa tensão entre espaço e lugar, que antes se complementavam mas agora tem suas relações alteradas.

Somado a isso temos a questão do território. Este, ao mesmo tempo se difere e complementa a noção de espaço. O território se contrapõe a um espaço que é meramente funcional e que não passa pelo processo de significação que advém das relações de subjetividade que compõem a construção de uma territorialidade. Assim o território não existe de forma prévia, mas é formado através das relações sociais e produções coletivas, através da memória e experiência coletivas que agem sobre tais espaços. Pode-se definir a relação entre espaço e território da seguinte forma:

Enfim, a idéia que que está colocada aqui, ao invés de circular na esfera da função, quer dizer, o espaço-função (muito compatível com um raciocínio de exterioridade da produção social e econômica em relação a esta configuração espacial), é a idéia do espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais. [...] isso significa que o espaço urbano, para além de sua existência física e material, é um código. Quando se fala em territorialidade, está se falando simultaneamente de realidade física e de código, código-território. É uma idéia da não-independência entre estas coisas. (ROLNIK, 2004)

Voltando para nosso caso, podemos relacionar as mudanças no entorno da ponte Maurício de Nassau a mudanças na percepção de local e território. A modernização *belle époque* tratará de redefinir aqueles dois fatores. O desejo de espelhar as representações e signos desta modernidade se refletirá no abandono dos arcos, tratados como coloniais, visto que as vias tinham a necessidade de alteração e adequação aos novos paradigmas. As experiências vividas naquele recorte espacial sofrem alterações, as relações subjetivas ligadas a este território sofrem com o rearranjo espacial. Entretanto, as memórias ligadas a tais práticas sociais continuam a serem perpetradas, ocorrendo um lamento diante da perda do espaço antes reservado para elas. Cai-se no campo das memórias, como podemos ver neste artigo jornalístico no dia das festividades de Nossa Senhora da Conceição:

Conceição dos Militares - Demos graças a Deus que a nossa velha e boa igreja da Conceição dos Militares possa hoje completar 223 anos, em paz e salvamento. Felizmente não apareceu nos começos deste século, na febre de reconstruções e remodelações que afetaram o nosso património artístico e histórico, quem se lembrasse de tocar na Conceição dos Militares. Reformaram a Sé, Restauraram a Matriz de Afogados, “embelezaram” a capela do Paraíso, derrubaram o Corpo Santo, escavacaram os Arcos (hoje era um grande dia, em torno do bonito Arco da Conceição, todo azul e cheio de luzes), tudo se fez aos olhos das autoridades eclesiásticas, das associações históricas e arqueológicas, dos sodalícios das artes e de letras. Ninguém protestou e tudo foi abaixo. Parece que a própria Virgem se encarregou de velar pela sua igreja. Por isso é que o povo do Recife pode hoje assistir às tradicionais festividades que ali todos os anos se realizam. (...) Tivéssemos conservado tudo que as gerações anteriores nos deixaram, e o Recife seria uma cidade do maior interesse para visitas e peregrinações. (...). (Diário de Pernambuco, 8 de dezembro de 1948)

Assim podemos observar que os arcos, mesmo que prenhes de significados, tiveram que dar espaço a um novo modelo urbanístico. Este irá preconizar outras formas urbanísticas que trazem consigo representações e símbolos que se adequem ao processo de modernização proposto. Tais representações tem a incumbência de trazer aquilo que está ausente — a saber aos valores de embelezamento ligados à *belle époque* — e pôr em voga na urbe recifense. Não à toa nos locais onde antes existiam os arcos foram colocadas 4 estátuas, duas de cada lado da ponte, sobre altas colunas que representam valores como: justiça, cultura, agricultura e comércio (FRANCA, 1977). Estas estátuas tem a forma de deidades greco-romanas e foram importadas da França, através da Fundação Val d’Osne, grande exportadora de tais tipos e obras para várias cidades americanas que passavam por processo modernizador similar ao de Recife.

Eram necessários, pois, novos símbolos para um novo cenário urbano. Este se daria a ler agora sobre novos códigos nas suas relações de territorialidade e sofria em seus locais, de forma cada vez mais contundente, as influências exógenas que transformaram o espaço da cidade.

Considerações Finais

A reformulação do espaço se realiza de forma coetânea com as mudanças econômicas, sociais e culturais, não sendo mera consequências destas. Não se deve prescindir, pois da busca acerca dos discursos que moldam tais mudanças dentro do espaço citadino.

Apontamos no recorte temporal e espacial de Recife das duas primeiras décadas do século XX alguns dos usos em que o arcabouço teórico trabalhado pode ser utilizado. Assumidas tais prerrogativas o campo historiográfico pode se abrir em possibilidades investigativas mais abrangentes para tratar da complexa e contraditória percepção e construção da realidade social. Ilustrado sobre o exemplo da ponte Maurício de Nassau e seu arcos vemos que mudando o espaço mudam não só as delimitações físicas e estruturais, mas as percepções do território e local, as práticas sociais se adaptam e reformulam e campo do simbólico tem de ser alterado, perseguindo novos objetos para dar a base a sua estruturação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Referências

- ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: Memórias, rugosidades e metamorfoses** - Estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. Dissertação de mestrado em Geografia. UFPE. Recife, 2006
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004
- BARROS, José D'Assunção Barros. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BOURDIEU, Pierre, CHARTIER, Roger. **A Leitura: uma prática cultural**. In: Práticas da leitura. 5. ed. rev. -. São Paulo: Estação Liberdade, 2011
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano artes de fazer**. 3.ed. -. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2 ed. -. Lisboa: DIFEL, 2002
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. In. A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006

HARVEY, David, **Paris: Capital da modernidade**. 1 ed; São Paulo: Boitempo, 2015.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço Por Uma História Cultural do Urbano**. In: Estudos Históricos, 1995/16 Jul-Dez

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 14, n. 9. 2004

ROLNIK, R.. **História urbana: história na cidade?** In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1993, São Paulo. Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1993. v. 2. p. 27-29.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade** O Recife de princípios do século. 1994. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Recife, 1994